

FUNDAÇÃO MOVIMENTO BRASILEIRO DE ALFABETIZAÇÃO - MOBRAF
GERÊNCIA DE PROGRAMAS DE AÇÃO COMUNITÁRIA - GEPAC/SETOR DE
DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO - SEDEC

Analisando os documentos - PRODAC/MOBRAF e o PROBLEMA DAS COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE - CEBs, podemos inferir algumas considerações:

1. Ambas trabalham com a mesma clientela, ou seja, populações carentes, passíveis de ações injetoras de recursos.
2. Procuram desenvolver o sentido de participação na organização social, através do conhecimento da realidade, da reflexão, da

3. O estudo do Mobral: apontando para "crises", "descontrole" e infiltração nas comunidades

Mobral versus Igreja

O movimento que era prioritariamente pela alfabetização mostra, num documento até agora confidencial, como pretende cooptar as Comunidades Eclesiais de Base

CLOVIS ROSSI

Se o governo federal encampar as teses contidas num estudo confidencial elaborado pelo Mobral e obtido por ISTOÉ, estará aberta a porta para o surgimento de uma nova faceta do conflito Igreja-Estado: a disputa pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), essa extensa rede de mobilização popular plantada pela Igreja, a partir de 1973, e que hoje, pelos cálculos do próprio Mobral, conta com a participação de 1,5 a 2 milhões de pessoas - um invejável cacife que partido algum possui ou jamais possuiu na história política do país. O que o Mobral propõe, sem sutileza alguma, é a cooptação das CEBs por um certo Prodac (Programa Diversificado de Ação Comunitária), sigla que já está fazendo sua aparição em pichações no Nordeste. Não por acaso, o documento do Mobral afirma que "a receptividade maior (às CEBs) ocorre no interior de alguns Estados nordestinos, em áreas dispersas e carentes de comunicação".

Relendo o papa. O ponto de partida do documento do Mobral (*O Problema das Comunidades Eclesiais de Base*) é a existência de uma crise no desenvolvimento das Comunidades, premissa vigorosamente contestada pelos agentes pastorais que atuam nas CEBs. De acordo com o documento, "a recente posição do papa João Paulo II na Conferência do Celam (Conselho Episcopal Latino-Americano), orientando a Igreja para uma interpretação de menor ativismo político em face aos problemas sociais, coloca em questão o futuro das CEBs no Brasil".

Os agentes pastorais entendem que o papa apenas reforçou as linhas que as Comunidades vêm seguindo, embora tenha, de fato, alertado para "o risco de intromissão do político". E, realmente, na mensagem que deixou às CEBs, pouco antes de embarcar de volta ao Vaticano, João Paulo II exortou-as a perseverar nas "formas de caridade", através de "gestos de promoção humana de pessoas ou gru-

pos em depressão, ou gestos de integração dos marginalizados, defesa dos direitos humanos pisoteados, busca de justiça em situações de iniquidade, ajuda na superação de condições infra-humanas". Essa pregação parece pouco condizente com a análise do Mobral. O documento confidencial aponta, entretanto, outros elementos que configurariam a crise das CEBs:

- *O "descontrole" das Comunidades:* "Seguindo as tradições de facções políticas clandestinas e da própria Igreja no passado, não há um sentido diretivo formal conectado à hierarquia eclesiástica". Também esse tópico é contestado pelos agentes pastorais, que citam o próprio papa: João Paulo II, na mesma mensagem às CEBs, mostrou-se informado sobre elas a partir dos relatórios quinquenais dos bispos e das conversas com eles - o que revela que não há o desligamento da hierarquia descoberto pelo Mobral.

- *A fragmentação.* O documento

do Mobral cita o encontro das CEBs realizado em João Pessoa, em julho de 1978, para concluir que "há fragmentações em facções contestadoras ao lado de outras ainda prevalentemente religiosas e até mesmo em grupos autônomos distanciados da origem evangélica".

Ocupando o vácuo. A partir desses indícios, o documento do Mobral conclui que "a atual conjuntura das CEBs caracteriza-se pela instabilidade" e, apressadamente, atribui à CNBB o reconhecimento da "carência de coesão do movimento, que existe apenas ao nível ideológico". Consequência dessa instabilidade, segundo o Mobral: "deverá surgir um hiato na orientação geral". O que, para o organismo governamental, implica o risco de "envolvimento natural com facções políticas e até mesmo com a clandestinidade". A partir dessa conclu-

Um velho truque. Funcionará?

É tarde para enquadrar a iniciativa popular

FRANCISCO C. WEFFORT

A pretensão do Mobral de entrar na área das Comunidades de Base tem mais de corporativismo senil do que de lucidez educativa. Em política, lembra mais os tempos sinistros do governo Médici do que as tênues aragens liberalizantes que vêm depois.

Pela palavra do seu mais importante ideólogo brasileiro, o corporativismo afirma o Estado como a única força capaz de organizar a sociedade que entende como amorfa e incapaz de representar-se a si própria. Em grande voga na época do Estado Novo, aqui, e do fascismo, lá fora, o corporativismo exigiria estender sobre a sociedade o manto regulador e repressor do Estado. A idéia de controlar as Comuni-

idades de Base indica que esta tradição infeliz chega ao paroxismo, ameaçando entrar na órbita da insensatez pura e simples.

O projeto das Comunidades de Base, como de qualquer ação comunitária que se preze, é, por essência, contrário a qualquer regulamentação corporativista. Seja por razões religiosas, seja por razões políticas, o que se busca com a ação comunitária é propiciar condições mais favoráveis às relações de solidariedade e de ajuda mútua. Mas, ao invés do pressuposto corporativista de uma radical incapacidade de associação e de representação, parte-se da convicção de que as pessoas são propensas à solidariedade e à

união. O que se busca, portanto, é estimular uma propensão, que se acredita enraizada nas condições sociais ou na própria natureza do homem.

É esta convicção uma das razões do enorme êxito da Igreja neste campo. Ao contrário de uma preocupação diretiva, o que tem caracterizado a sua ação é uma preocupação profundamente "basista", que a leva a renunciar a qualquer pretensão de controle burocrático sobre as novas instituições populares. E é precisamente por isso que a Igreja aparece, perante tais instituições, como uma autoridade legítima. Ao contrário do corporativismo estatal, a Igreja contribui para a organização da sociedade brasileira não porque a entenda como amorfa, mas precisamente porque insiste em sua capacidade de se organizar e de se representar.

O que há de grave neste tudo é que, se o corporativismo brasileiro já não conta com talentos como Oliveira Vianna, mantém certamente a mesma capacidade repressiva de sempre. Numa época de esclerose do corporativismo, é bem provável que ele venha a ser utilizado para fins políticos imediatos, sobretudo eleitorais. Mas isto não é contraditório com o que se pode depreender da proposta do Mobral. Ai está, como sempre, a eterna suspeita do Estado em face da sociedade civil. Ai estão, como sempre, as eternas referências aos que outrora eram qualificados como portadores de "ideologias exóticas", gênios do mal prontos a perverter as naturezas ingênuas deste povo de "indole pacífica".

O truque é antigo. Regulamente nos limites do Estado as instituições populares, e você matará dois coelhos com uma só cajadada. Primeiro, você criará um pretexto legal para reprimir os seus adversários políticos e para competir, em condições mais vantajosas, com seus adversários eleitorais. Segundo, e talvez o principal, você criará os meios legais para manter o povo em condição de dependência e para reprimir as iniciativas populares que saiam fora do regulamento. O truque é velho. Resta saber se mantêm a eficácia dos tempos do Estado Novo. No caso das Comunidades de Base talvez se tenha que concluir que o corporativismo acordou demasiado tarde. Se for assim, teremos uma esperança. E aos corporativistas só restará transformar os seus muitos papéis e regulamentos em mortalha. Que a poeira dos arquivos lhes seja leve.

A ação da Igreja: contribuindo para a organização da sociedade civil

Hélio Campos Mello



são e do risco antevisto, o documento sugere, abertamente, que "as iniciativas de ação comunitária controladas por órgãos governamentais podem ocupar o vácuo previsto, por ampliação de atividades ou por remanejamentos de objetivos".

É aí que surge o Prodac, "que possui" — diz o estudo — "metodologia similar à das Comunidades de Base (...) e pode evitar a solução de continuidade da orientação geral". De acordo com o documento, "é possível admitir, inclusive, que algumas dioceses estariam interessadas em manter suas ligações com as CEBs, agora numa linha puramente religiosa, deixando a ação comunitária a cargo do Mobral".

Os "inimigos". Além da declarada intenção de cooptar as CEBs, o documento discute a "ideologia" das Comunidades e aponta um confronto entre elas e os partidos políticos, em análises que também são criticadas pelos agentes pastorais engajados nesse trabalho. Diz, por exemplo, o Mobral que "os ativistas e os representantes políticos de um modo geral também são inimigos", o que é um duplo erro, na opinião



Faixa do novo Mobral: contra o "vício da reivindicação"

dos que trabalham com as Comunidades. Em primeiro lugar, porque as CEBs, como centros de vivência cristã, não têm e não podem ter uma conotação política. Elas podem, sim, despertar seus membros para a militância partidária ou sindical, que se exercerá, entretanto, fora das CEBs, no canal apropriado. E não há a visão dos representantes políticos como "inimigos", tal como afirma o Mobral. De fato, a partir da reformulação parti-

dária, a discussão sobre os novos partidos tem sido levada às CEBs, e boa parte de seus militantes mostrara-se receptiva a algumas propostas, notadamente a do PT.

O fundo da questão parece estar centrado no que o Mobral chama de "ideologia" das CEBs, contraposta ao vício paternalista que aparece claramente no documento oficial. O estudo mobralino afirma que "formalmente a orientação geral (das CEBs) pressupõe: 1ª) criação

Uma opção para a "catequese"

Foi a partir de 1978 que as organizações de base, de modo geral, se intensificaram. Não por acaso, data da mesma época o avanço das ações da Igreja junto às comunidades carentes. E tampouco se deve à casualidade o fato de, então, o governo apressar-se a apresentar uma contrapartida política para tais iniciativas. Assim, começaram a ser propalados projetos de trabalho cuja palavra-chave passou a ser "comunidade". Casos do Prev-Saúde, das novas diretrizes da Secretaria de Assuntos Culturais do MEC — e, igualmente, do Plano de Ação Comunitária do Mobral.

Não há segredo, e o presidente do Mobral, Arlindo Lopes Correa, é o primeiro a reconhecer a origem das transformações. Uma "alternativa" e não uma "contrapartida", segundo ele, às organizações de base existentes. Sua opinião torna-se mais clara quando se refere diretamente às dife-

renças entre os novos objetivos do Mobral e as intenções das associações de moradores. Segundo ele, as associações surgem geralmente para enfrentar um problema da comunidade e acabam "viciando-se na reivindicação", o que levaria ao paternalismo na relação comunidades-governo. Para acabar com esse "paternalismo", o Mobral entra com a sua "educação comunitária". Pois, de acordo com o seu presidente, "é preciso mostrar às comunidades as suas potencialidades de autodeterminação, de resolução autônoma de seus problemas" — esfriando assim, conclui-se, as reivindicações originais.

FAZER A CATEQUESE. Em alguns lugares, onde elas ainda não existam espontaneamente, o Mobral também tenta criar associações de moradores. É o que vem fazendo na Barra da Tijuca, no Rio. Mas nas comunida-

des periféricas — áreas agora prioritárias para o Mobral — o trabalho das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja junto à população é evidentemente predominante. O convívio entre as duas organizações, a julgar pelos termos do documento confidencial, não deverá ser dos mais harmoniosos, embora o presidente do Mobral afirme não existir incompatibilidade. "Somos ecumênicos e, portanto, há lugar e justificativa para estarmos nisso", diz.

O Mobral, para Lopes Correa, é "uma outra opção" frente à orientação religiosa das Comunidades Eclesiais. Em todo caso, ele não esconde sua discordância com relação à metodologia empregada pela Igreja. As diferenças de trabalho, segundo ele, se afirmam basicamente na seguinte situação: as CEBs são "necessariamente diretivistas" e querem conscientizar a comunidade, "já com uma intenção 'a priori'"; o Mobral pretendia apenas "oferecer os instrumentos para esta conscientização". Sem precisar quais seriam as intenções preconcebidas da Igreja, ele sugere, com iro-

de uma consciência crítica da comunidade; 2º) organização da comunidade por si mesma e por ela dirigida; e 3º) participação dos membros da comunidade em ações de mutirão, prevendo coesão e sustentação do grupo". A análise afirma, ainda, que "esse roteiro é denominado de libertação e portanto vinculado a opressores. Nesse contexto, os problemas sociais são equacionados através de inimigos do povo, incorporando-se aí o patrão, a empresa, a prefeitura, o INCRA (áreas rurais), o BNH (áreas urbanas), o governo, os militares e outras entidades vinculadas aos poderes nacionais".

E mais: "Essa ordem de idéias é uma reedição do conjugado rico vs. pobre, bastante funcional para o nível da pobreza absoluta que apresenta sempre dificuldades para entendimento de ideologias mais sofisticadas e menos imediatistas". Uma maneira oblíqua e pouco econômica em palavras para dizer que as CEBs estão sendo inoculadas de conceitos marxistas, luta de classes etc.



Lopes Correa: para ele, um caso de independência comunitária

nia, que a Igreja utilize tal predeterminação "pelo menos para fazer a catequese".

PRIORIDADES. As novas diretrizes do Mobral foram traçadas em maio deste ano, quando o órgão completou 10 anos de existência. A mudança de prioridades, segundo Lopes Correa, deu-se em seguida à constatação de que as ofertas para alfabetização não estavam tendo resposta satisfatória. A ação comunitária, que existe em plano secundário desde a criação do Mobral, passou então a ser a grande meta para os próximos anos.

Os planos de trabalho são ambicio-

É bom, mas... Apesar disso, o documento, ao comparar as proposições que, segundo seus autores, orientam as CEBs e aquelas elaboradas para o Prodac, não deixa de reconhecer que ambas "se fundamentam em princípios básicos de respeito à pessoa humana (valorização, respeito à dignidade, autodefinição)" e, também, que a proposição básica é "o homem em sua dimensão total".

O que incomoda os autores do documento mobralino é a completa desvinculação das CEBs dos "mecanismos institucionais" (trocando em miúdos: do governo). No quadro comparativo de objetivos, funções e fins, área de atuação e fundamentação filosófica das CEBs e do Prodac, essa preocupação dos autores transparece permanentemente, a ponto de eles afirmarem (no item "funções e fins") que as CEBs não têm "um sistema de ligação com os mecanismos institucionais; portanto as ações forçosamente assumem caráter localista, imediatista reivindicatório, sem quaisquer perspectivas de continuidade". Outra

evidência da preocupação do Mobral com a falta de vínculos entre as CEBs e o governo é o trecho do documento onde se lamenta que as

CEBs não considerem a "estrutura social (poder); portanto não há integração".

A batalha do fundão. Finalmente, ao tratar da "fundamentação filosófica", o documento deixa claras as diferentes visões que orientam CEBs e Prodac. As primeiras, "por não estarem integradas aos mecanismos institucionais, podem servir a distorções e deformações na organização dessas populações carentes e quase sempre distanciadas dos meios de comunicação" (o estudo menciona dados da CNBB, segundo os quais 53% das CEBs localizam-se nas áreas rurais, 11% na periferia das cidades e apenas 17% nas áreas urbanas, não havendo indicações para o restante. Diga-se que os agentes pastorais envolvidos no trabalho com as Comunidades concordam, ao menos nesse ponto, com as estimativas mencionadas pelo Mobral).

Quanto ao Prodac, diz o documento, "seu fundamento conceitual é compatível com as propostas de crescimento e desenvolvimento brasileiro; portanto seu método de trabalho segue uma linha de prioridades dada pelas Comunidades, objeto da ação". O lance está feito: Prodac vs. CEBs. Quem ganhará a batalha a ser travada fundamentalmente no fundão do Brasil?

— e serão traçados até 1981, segundo o presidente, pela própria população carente do país. O

Mobral quer atender ao "objetivo básico" de servir como "canal de comunicação" entre a população carente e os demais órgãos do governo. Se a solicitação de uma comunidade está fora do alcance do órgão — como, por exemplo, na área de saúde —, este procurará entrar em contato com o ministério correspondente, que negociará as reivindicações diretamente com a população. Um trabalho que deverá ser mais eficaz em vésperas de eleições.

A ação comunitária se fará com a estrutura já existente: as comissões municipais, cujos membros geralmente são indicados pelo prefeito da região, e o trabalho voluntário, que

hoje mobiliza 35 mil pessoas. Quanto aos recursos, o presidente do Mobral diz serem pequenos — 2,6 bilhões de cruzeiros em 1980. O que não parece preocupar o otimista Lopes Correa, um homem confiante na contribuição de outras entidades públicas para seu projeto.

POVO PACÍFICO. O presidente do Mobral acredita que nessa colaboração esteja a forma correta de "educar o próprio governo no sentido de atender realmente às reivindicações da comunidade". E não nota diferença entre o trabalho do Mobral antes e depois da abertura: "Nunca tivemos nenhum problema, porque o povo brasileiro é normalmente um povo pacífico". Não deixa de admitir, no entanto, "uma relação nitida entre as novas diretrizes do Mobral e a abertura política". Para ele, é a ação comunitária que vai permitir uma "abertura real, à disposição de toda a população". E — acrescente-se — talvez das urnas. Tempos de abertura são tempos de eleições.

Sheila Kaplan